



Procedia Social and Behavioral Sciences 15 (2011) 1020–1023

Promoção da responsabilidade social empresarial para uma economia verde e empregos inovadores

Oana Pop^{a*}

George Christopher Dina^b

Catalin Martin^c

^a Instituto Romeno de Educação de Adultos, Timisoara, Calea Bogdanestilor nr. 32A, 300389, Romênia

^b Instituto Romeno de Educação de Adultos, Timisoara, Calea Bogdanestilor nr. 32A, 300389, Romênia

^c Instituto Romeno de Educação de Adultos, Timisoara, Calea Bogdanestilor nr. 32A, 300389, Romênia

Resumo

Entre as orientações da União Europeia propostas para a nova economia, a educação desempenha um papel importante. Para sustentar esse novo modelo de economia, deve-se desenvolver os tipos certos de habilidade e competência em futuros empreendedores, administradores e funcionários. No Livro Verde da UE, a responsabilidade social empresarial é uma importante ferramenta para criar novos empregos e sustentar o desenvolvimento econômico. Promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais verde e mais competitiva é uma das maiores prioridades da estratégia Europa 2020.

O presente artigo tentará analisar o papel do capital social e da promoção do envelhecimento ativo para assegurar a responsabilidade social empresarial nos níveis nacional e internacional, uma ferramenta eficiente no combate ao atual estado da economia e no direcionamento para a nova economia por meio do aproveitamento do conhecimento, das competências e das habilidades dos idosos. Pode ser uma ótima oportunidade de criar empregos novos e inovadores e de fortalecer a cooperação para promover a Economia Verde.

© 2011 Publicado por Elsevier Ltd.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial, economia verde, capital social, empregos

* Oana Pop. Tel.: +40256.592.964; fax: +40356.816.532.

E-mail: oana.pop@irea.uvt.ro



1. Contexto: Tendências europeias

A União Europeia é, em primeira instância, uma comunidade econômica, conforme declarado em artigo do Tratado da C.E.E. A ideia básica, na época, era que a criação de um mercado comum iria “promover em toda a Comunidade um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas, uma expansão contínua e equilibrada, um aumento da estabilidade, uma melhora acelerada do padrão de vida e relações mais estreitas entre os Estados pertencentes a ela.” Obviamente, o meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável fazem parte dos objetivos. Isso, por si só, deve claramente ser visto como um progresso. Contudo, as definições continuam vagas e estão sujeitas a uma ampla gama de interpretações. O crescimento econômico parece ainda ser prioridade. Muita coisa depende de como se devem entender as palavras “um progresso socioeconômico equilibrado e sustentável”. A implementação eficaz depende, em grande medida, da vontade política de dar real substância ao desenvolvimento sustentável e de não subordiná-lo às metas de crescimento econômico. O modelo de desenvolvimento da União (que, em certa medida, vale também para os Estados-Membros) permanece ancorado em um entendimento tradicional do crescimento.

Desde meados da década de 1990, estamos vivenciando uma profunda redefinição tanto da teoria como da prática do Desenvolvimento Local, em virtude da reformulação das relações entre sociedade, natureza, economia e empresas. Há muito anos vem ocorrendo a progressiva introdução do conceito de sustentabilidade nas políticas referentes ao novo modelo europeu de desenvolvimento.

Em junho de 2006, o Conselho Europeu adotou a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE. Trata-se de uma estratégia abrangente, relativa a todas as políticas da UE, que define como podemos atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às necessidades delas. A Estratégia de Desenvolvimento Sustentável trata, de maneira integrada, de questões econômicas, ambientais e sociais e relaciona sete desafios principais: mudança climática e energia limpa, transporte sustentável, consumo e produção sustentáveis, conservação e gestão de recursos naturais, saúde pública, inclusão social, demografia e migração, e pobreza global.

2. Novo modelo de desenvolvimento sustentável

É impossível discernir com precisão quais serão as consequências de um desenvolvimento descontrolado ou mal gerido, mas as informações que temos são suficientes para sabermos que essas consequências serão potencialmente



negativas, custosas e irreversíveis. O desenvolvimento sustentável nos proporciona uma nova maneira de analisar e administrar o impacto humano no mundo – uma maneira capaz de gerar resultados positivos duradouros em benefício das sociedades humanas.

Na literatura acadêmica, o desenvolvimento sustentável é caracterizado como um desenvolvimento no qual o “bem-estar” total não diminui ao longo do tempo. Assim como o desenvolvimento econômico é sustentável contanto que o capital econômico (ou gerado pelo homem) seja não decrescente, o desenvolvimento sustentável requer que o capital total – ou seja, o capital econômico, o capital humano e social e o capital ambiental – seja não decrescente. “Capital”, neste contexto, se refere tanto ao estoque quanto à qualidade dos recursos – por exemplo, as habilidades, a saúde e o conhecimento da população e a qualidade do ar e de outros recursos naturais.

O objetivo do desenvolvimento sustentável não é somente o de preservar o ambiente natural para sucessivas gerações. Temos de aprender que isso não será possível sem reduzirmos a pobreza e o empobrecimento generalizados, sem aspirarmos à justiça social para a população do mundo todo e sem aumentarmos a responsabilidade de governos e empresas. Não será suficiente que os países façam com sucesso a transição extremamente difícil para economias “energeticamente eficientes”. O desenvolvimento sustentável também necessita de sistemas sociais baseados na justiça e na equidade e apoiados em estruturas políticas democraticamente controladas, que deem às pessoas voz e controle sobre seu próprio futuro.

Economia verde é um desenvolvimento econômico baseado no desenvolvimento sustentável e no conhecimento da economia ecológica. A característica que mais a distingue dos regimes econômicos anteriores é a valorização direta do capital natural e dos serviços da natureza como possuidores de valor econômico e um regime de contabilidade de custos totais no qual os custos exteriorizados para a sociedade através dos ecossistemas são rastreados até a entidade que causa o dano ou negligencia um ativo e são contabilizados como passivos dessa entidade.

3. Responsabilidade social empresarial

Dentro do novo modelo de desenvolvimento e da economia verde, as empresas e as companhias multinacionais desempenham um papel importante.

A **Responsabilidade Social Empresarial (RSE)**, também denominada consciência empresarial, cidadania, desempenho social ou empresa responsável sustentável, é uma forma de autorregulação empresarial integrada a um modelo de negócios. A política de RSE atua como um mecanismo interno



autorregulador através do qual a empresa monitora e assegura sua conformidade ativa com o espírito da lei, com padrões éticos e com normas internacionais. O objetivo da RSE é adotar a responsabilidade pelas ações da empresa e incentivar um impacto positivo, por meio de suas atividades, sobre o meio-ambiente, os consumidores, funcionários, comunidades, partes interessadas e todos os outros membros da esfera pública. Ademais, empresas com foco em RSE promoveriam o interesse público de maneira proativa ao estimular o crescimento e desenvolvimento das comunidades e ao eliminar voluntariamente práticas que causam danos à esfera pública, independentemente da legalidade das mesmas. A RSE é a inclusão deliberada do interesse público na tomada de decisões empresariais.

A expressão “responsabilidade social empresarial” passou a ser usada regularmente no início da década de 1970, após a formação de muitas corporações multinacionais. Os proponentes argumentam que as corporações obtêm mais lucros no longo prazo ao operar dentro de uma perspectiva, enquanto os críticos argumentam que a RSE desvia as empresas de seu papel econômico. Outros afirmam que a RSE é apenas uma fachada ou uma tentativa de fugir à atuação dos governos como vigias das poderosas corporações multinacionais.

De acordo com a Comissão Europeia, a Responsabilidade Social Empresarial pode dar uma contribuição importante para a sustentabilidade e a competitividade, tanto na Europa como em nível mundial. Ela faz parte da estratégia Europa 2020 de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A RSE pode ser um instrumento útil para definir o tipo de modelo de competitividade que a Europa deseja. É mais relevante do que nunca no contexto da crise econômica. Pode ajudar a criar (e recriar) confiança nas empresas, o que é fundamental para a saúde da economia social de mercado da Europa. Também pode conduzir a novas formas de valor de criação baseadas no enfrentamento de desafios sociais, as quais podem representar uma saída da crise.

4. As novas necessidades do mercado de trabalho

A expansão da economia verde na Europa está sendo acelerada por preocupações relacionadas à geração de energia, ao uso de recursos e à gestão do meio-ambiente. Políticas energéticas voltadas à necessidade de lidar com a mudança climática por meio da redução das emissões dos gases do efeito estufa e de, ao mesmo tempo, atingir uma maior segurança energética juntamente com uma diversidade de geração que tenha flexibilidade para atender à demanda variável estão impulsionando o desenvolvimento de



tecnologias de energia renovável. O fomento da criação de uma economia verde europeia provém do consenso geral, dentro da comunidade científica, sobre os perigos apresentados pelos gases do efeito estufa e o esgotamento dos combustíveis fósseis. Essas preocupações se refletem em diversos acordos internacionais, notadamente o protocolo de Kyoto e, por sugestão da UE em acordo com os Estados-Membros, a imposição de metas de emissão de carbono.

A mudança climática e a degradação ambiental estão comprometendo a subsistência e a sustentabilidade futura em muitas áreas da atividade econômica no mundo todo. Ao lado de outros fatores de mudança, como a globalização e a rápida mudança tecnológica, elas estão causando importantes alterações nos mercados de trabalho e nos requisitos referentes a habilidades. Em muitas áreas, as políticas públicas e estratégias empresariais pedem economias inovadoras, limpas e mais verdes. A disponibilidade de habilidades para empregos verdes desempenha um papel crucial no desencadeamento de mudanças e na promoção de transições justas e oportunas.

O direcionamento para uma economia verde exigirá a segunda maior transformação econômica após a revolução industrial. Nós não prestamos atenção suficiente à dimensão social do desenvolvimento sustentável: suas implicações no emprego, no treinamento e no trabalho decente. Há várias ligações entre as políticas referentes à educação, ao treinamento, ao emprego e ao meio-ambiente. Os setores verdes necessitarão de novos empregos, mas também precisarão redefinir muitos perfis de emprego existentes. A demanda de novas habilidades relacionadas também aumentará na maioria das ocupações. Para enfrentar esse desafio, os sistemas de educação e treinamento precisarão fornecer uma força de trabalho bem treinada e altamente qualificada. Serviços de treinamento e orientação que direcionam as pessoas a empregos em setores em crescimento devem focar habilidades relacionadas à implementação da eficiência energética e de energias renováveis. A colocação em operação de programas de treinamento para funcionários de setores em declínio ajudará as economias europeias a realocar trabalhadores de difícil inserção. Uma força de trabalho bem treinada e com consciência ambiental também será mais inovadora no aumento da eficiência em termos de recursos. Para isso, precisamos de estratégias de aprendizagem contínua e abrangente e de sistemas de treinamento que integrem o desenvolvimento sustentável e garantam o fornecimento das habilidades certas.

As tecnologias verdes oferecem a possibilidade de novos empregos verdes para quem reagir com rapidez ao desenvolvimento da economia verde. Os novos empregos verdes exigirão novas habilidades em ocupações novas e



emergentes. A identificação dessas habilidades pode aumentar a eficácia das medidas de combate à mudança climática.

A pauta do desenvolvimento sustentável é complexa e necessita de muitos tipos de medidas, inclusive acordos em diversos níveis, desde o mundial até níveis mais baixos, que estabeleçam regras e metas para embasar as ações das pessoas e de uma ampla gama de redes e organizações formais e informais. Os resultados de acordos e dessas medidas podem ter implicações consideráveis na pauta de habilidades que precisa ser desenvolvida em reação a essas mudanças. Um aspecto também importante é que precisamos assegurar que a sociedade tenha a capacidade de lidar e concordar quanto à maneira de agir frente a consideráveis diferenças de interesses, valores, níveis de desenvolvimento e perspectivas entre as nações e entre as diferentes partes interessadas em todos os níveis da sociedade. Ao avaliar se determinado conjunto de medidas é adequado, o contexto também é importante. Muitas corporações empresariais aceitam a noção de responsabilidade social empresarial, mas poucas negariam a primazia do valor para os acionistas como força motriz de suas atividades. Em consequência, o desenvolvimento sustentável, em seu sentido mais amplo, fica pouco à vontade ao lado da iniciativa privada.

As habilidades associadas à emergente economia verde podem ser divididas em habilidades genéricas e habilidades específicas. O último grupo é particularmente relevante para a economia verde, a qual cria um novo paradigma de habilidades que, em termos gerais, tem uma abordagem mais holística do que o tradicional. O novo paradigma põe mais ênfase na concepção e no trabalho com equipes multidisciplinares com alto grau de autonomia e responsabilidade. Os projetos muitas vezes envolvem reunir profissionais com formações muito distintas; por exemplo, engenheiros, urbanistas e arquitetos com ecologistas e arqueólogos. Isso significa que habilidades genéricas, como liderança estratégica e adaptabilidade, serão importantes na economia verde. Um bom conhecimento das ciências, inclusive engenharia, biologia e ciência ambiental, é uma característica geral dos conjuntos de habilidades que a emergente economia verde requer.

5. Educação e treinamento na Nova Economia

Todas as ocupações precisarão ser 'esverdeadas' em um espectro que vai dos novos empregos focados unicamente no fornecimento de bens ou serviços verdes até aqueles que exigirão mudanças mais limitadas para aumentar a eficácia energética e reduzir o uso de recursos. Haverá demanda não somente de expertise tecnológica, como também de habilidades de comunicação para



dar assessoria sobre novas tecnologias a empresas e consumidores.

É importante que um currículo revisado, particularmente em termos de ciência e tecnologia, forneça o conhecimento necessário sobre tecnologias de mitigação. Porém, isso será aplicável apenas a estudantes. Tanto os profissionais como os operários precisarão ser retreinados em habilidades verdes pertinentes. Todos os programas de aprendizagem contínua devem fornecer atualizações adequadas das habilidades para facilitar a transição para atividades de baixo carbono.

Os sistemas de educação e treinamento ficarão aptos a atender os requisitos de habilidades mais rapidamente se houver diálogo social entre as pessoas que estejam desenvolvendo sistemas educacionais e normas de treinamento e os funcionários e sindicatos. O sistema educacional deve promover ambientes de aprendizagem multidisciplinar e, em conjunto com os parceiros sociais, deve ser estimulado a ter uma visão mais ampla de como as competências são definidas e adquiridas. Particularmente, as estruturas nacionais de qualificações devem auxiliar o progresso tanto vertical como horizontal na carreira; a necessidade de habilidades mais holísticas envolve a necessidade de um sistema de qualificações flexível, que apoie e incentive a aquisição contínua de competências adicionais.

Existe uma necessidade de melhor coordenação entre as pessoas que estejam desenvolvendo políticas ambientais e gerindo a transição para uma economia de baixo carbono e as pessoas que estejam desenvolvendo o treinamento voltado a habilidades. O desenvolvimento profissional contínuo por meio de módulos de tecnologia verde ou de mitigação é fundamental para a maior parte da futura força de trabalho.

Os aspectos sociais da economia verde são evidentes, embora mal pesquisados. Lidar com a mudança climática requer uma nova maneira de trabalhar que afetará a sociedade como um todo. Portanto, as necessidades em termos de habilidades e educação devem ser examinadas não apenas em todas as atividades e setores de empregos, mas também na sociedade de forma mais ampla. As mudanças comportamentais e tecnológicas para proporcionar mitigação em toda a sociedade acontecerão por serem economicamente vantajosas, por serem impelidas por medidas legislativas ou tributárias, por constituírem uma reação ao treinamento e educação ou por uma combinação desses motivos. O treinamento e a educação voltados a habilidades talvez tenham recebido menos atenção, até hoje, do que os outros fatores em termos de sua importância para atingir uma transição rápida para uma sociedade de baixo carbono. Os tipos de política que promoveriam uma economia verde incluem medidas destinadas a aumentar a conscientização do público sobre os benefícios das políticas verdes. Tal campanha deveria ser



organizada nacionalmente e no nível da UE.

Referências

Cedefop (2009), Future skills needs for the Green Economy

Cedefop (2010), Skills for green jobs

http://ec.europa.eu/sustainable/welcome/index_en.htm

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporate-social-responsibility/index_en.htm

"*Corporate social responsibility (CSR) is good for society, the environment and business*" na Revista Online Enterprise & Industry, julho de 2010